

Urbanização das condutas: A constituição discursiva do espaço e do homem urbano chapecoense (1970-1980)

*Fernando Vitória**

Resumo

O presente artigo propõe-se a analisar o processo discursivo de criação do homem urbano chapecoense durante o período de 1970 a 1980. Nos valendo da crítica de Foucault sobre a noção de influência como fator explicativo e as suas observações acerca do discurso e seu processo de construção dos objetos, atentamos para as mudanças de tendência que levam, em se tratando do homem e da noção de seu trato, de um processo, visto como de exclusão no início do século, para um processo de inclusão, a partir da tomada deste como alguém que pode ser educado, direcionado ou condicionado à certa forma de se portar e de viver mediante a difusão de uma ideia de participação e de pertencimento. Analisando periódicos de circulação na época, tentamos compreender como essa postura, a qual denominamos Urbanização das Condutas, procura constituir uma noção de urbano e de práticas condizentes ao convívio neste espaço que crescia muito em função do deslocamento do campo para a cidade.

Palavras-chave: Urbano. Civilização. Desenvolvimento.

Reestruturação dos espaços e hábitos: as políticas públicas de intervenção

Ao tomarmos para análise o processo de construção discursiva de Chapecó como cidade polo regional através de políticas públicas de intervenção nos espaços e nos hábitos do homem urbano, de imediato, percebemos interessantes particularidades e perigosas semelhanças em relação a outros espaços utilizados como referência. As peculiaridades, dentro de uma proposta de pesquisa, são de mais fácil trato, creio que estamos melhor municiados para sua abordagem. O risco maior, conforme mencionado, me parece residir naquilo que, muitas vezes, queremos ver como semelhanças. Quando buscamos as transformações ocorridas na sociedade chapecoense nas décadas de 1960 e 1970, percebemos que, muitas delas, conservam grande semelhança com situações abordadas em obras que, em nível nacional, se reportam ao início do século XX. Um período que apresenta muitos estudos acerca de processos de intervenção.

Neste momento, a atmosfera política nacional parece ter sido contagiada por uma onda de modernização. Realizar mudanças de ordem estrutural e cultural nos espaços físicos e ideológicos capazes de alinhar o emergente Brasil à nova ordem civilizatória mundial parecia ser a maior meta dos administradores. Grandes centros europeus, já havia algum tempo, realizavam transformações no espaço urbano como medida de solucionar os frequentes surtos epidemiológicos e, também, visando a constituir uma população não só saudável como ciente da necessidade de se praticar a higiene pessoal. Com uma produção industrial em franca expansão, garantir mão de obra saudável era uma necessidade vital para governos e empresas. O Brasil, que começava a construir seu projeto de desenvolvimento industrial e a galgar reconhecimento internacional, sabia que a implantação de medidas de saneamento e de higienização da população eram uma prioridade.

A preocupação com a ordem e o disciplinamento das cidades promoveu significativas mudanças no espaço urbano a partir do final do século XIX. As ações administrativas procuram agir, primordialmente, sobre a população pobre que passou a sofrer com os despejos das áreas nobres da cidade ou com o processo profilático intenso para coibir as epidemias. Blume (1999) destaca, entre as inúmeras ações promovidas pelo poder político brasileiro, o empenho em garantir a transferência de responsabilidade da organização e das medidas sanitárias inicialmente ao governo dos estados e, posteriormente, às câmaras municipais. Desta forma, a competência pela fiscalização da política sanitária, das obras de saneamento básico, das vacinas e da assistência pública repousava nos ombros do poder local, tornando o mapeamento dos problemas mais rápido e preciso, e as medidas de solução, mais eficazes. Esta postura de descentralização das responsabilidades foi um dos pontos recorrentes nestas políticas, cada vez mais estados e municípios assumiram a responsabilidade pela implementação de políticas públicas de intervenção.

Neste primeiro momento, vemos que a grande preocupação que motivou as práticas de remodelação urbana está ligada, geralmente, à questão industrial, possui caráter ou respalda-se por um discurso sanitarista – saúde – e, tem como espaço de implementação os grandes centros, como Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. Várias são as obras que abordam estas questões na historiografia nacional. Entretanto, como denuncia Lohn (2009), há uma carência quando se trata de analisar estes processos de re-estruturação urbana no Pós-Guerra, o que poderia fazer com que, de imediato, tomássemos estes estudos como base referencial direta.

A historiografia brasileira tem se detido com muita eficiência nas políticas de reordenamento de espaços e condutas nas cidades nas duas primeiras décadas do século XX, as quais se contrapuseram ao passado colonial brasileiro, revestindo as antigas estruturas urbanas com obras de infra-estrutura sanitária e viária nas áreas centrais. Contudo, as reformas, o crescimento imobiliário e a expansão em grande escala dos

investimentos capitalistas, ocorridos em especial a partir dos anos 50, não despertam o mesmo interesse. (LOHN, 2019, p. 3).

Diante dessas evidências, facilmente nos sentiríamos tentados a estabelecer, entre o processo chapecoense e estes acontecimentos das primeiras décadas do século XX, relações de causalidade automáticas. Ora, o período em questão é justamente o da instalação das agroindústrias nesta região. Grandes empresas, como a SADIA, que inaugura sua base de abate de aves em Chapecó no ano de 1973, e sua crescente demanda por mão de obra, aceleraram o processo de migração do campo para a cidade e, conseqüentemente, os problemas derivados deste deslocamento abrupto. Solucionar os problemas ligados a essa questão: reestruturar o espaço urbano melhorando a circulação, implantar uma rede de saneamento básico, garantir água de boa qualidade, pode ser entendido como um processo visando a garantir uma força de trabalho capaz de dar suporte à industrialização crescente nos moldes que, comumente, encontramos em narrativas acerca da industrialização brasileira. Todas essas possibilidades saltam aos nossos olhos e, enumerá-las, seria tarefa fácil.

Nossa proposta, entretanto, não é essa. Fazê-lo de uma forma simples, significaria entender o processo chapecoense como uma extensão das situações ocorridas em outros locais e, principalmente, em outros períodos. Estaríamos incorrendo na perigosa tendência da busca pelas semelhanças; traçando uma linha estrutural que liga um acontecimento entendido como original e seus desdobramentos naturais ao longo de períodos distintos e sociedades específicas. Segundo Foucault (2008), isso seria prática de uma história tradicional que estabelece uma série e, a partir dela, passa a estabelecer: “relações (de causalidade simples, de determinação circular, de antagonismos, de expressão) entre fatos e acontecimentos datados”. Esta análise das continuidades, das influências, das permanências objetivando uma construção histórica de longa duração, não será abordada aqui. Nossa busca é por aquilo que Foucault

(2008) identifica como objeto e método da nova história; são as descontinuidades, aquilo que no antigo modelo se conferia como entrave e precisava ser apagado, negligenciado, que aqui será alvo de análise. É esta ruptura, e seu processo de emergência; as relações que a fizeram surgir; que possibilitaram sua efervescência, que nos interessa. É a elaboração das séries e das relações passíveis de estabelecer séries de séries que nos propomos a avaliar. É como na sociedade chapecoense da década de 1970 podemos perceber a constituição de certas práticas, certos discursos, certas dinâmicas e que relações podemos estabelecer com os processos que nos servem de base teórica.

Trabalhando-se a partir da posição de Foucault (2008), de que é preciso buscar as rupturas dentro de uma aparente continuidade, passamos a identificar momentos em que posturas novas se fazem notar influenciando práticas ao longo do século em questão. Por volta de 1920, o nascimento de uma nova abordagem quanto à questão étnico-racial, acaba por remodelar a noção de brasilidade e as políticas públicas de intervenção no espaço, ou pelo menos, seu local de implementação e a sua demanda motivacional. Como salientam Flores e Serpa (2005), a concepção de determinismo, seja ele, geográfico ou biológico, perde força, e a tese de que sofríamos de uma “fraqueza biológica” - como defendiam estudiosos como Nina Rodrigues - abre espaço para a difusão de teorias ligadas à Antropologia Cultural. Esta nova esteira teórica acaba conferindo uma nova forma de se pensar o homem, a ideia de identidade nacional e suas políticas de construção.

Nesta perspectiva, à nação brasileira, era possível um processo de perfectibilidade, pela via da regeneração, o que significava curar um país doente, mobilizando recursos que tirassem os brasileiros do atraso, da miséria e da falta de civilidade. Nesse sentido, a preocupação com a saúde pública e com a educação, voltadas para o interior do Brasil, passou a ser o mote mobilizador das chamadas práticas higienistas e civilizadoras, tendo à frente o intelectual Monteiro Lobato, com sua coletânea de ensaios intitulada *Urupês*, na qual ganha destaque o personagem Jeca Tatu. (FLORES; SERPA, 2005, p. 35).

Ora, se esse homem podia ser regenerado, nada mais natural do que se desenvolverem práticas capazes de fazê-lo de modo a garantir sua integração àquilo que a nação entendia como posturas modernas. Se até bem pouco atrás, as políticas de intervenção pautavam-se pela exclusão, tanto física quanto ideológica, agora a tônica é da integração. Não se trata mais de remanejar esses indivíduos do centro das cidades, empurrando-os para as margens cidadinas. Não se trata mais de definir o que é espaço de pobres e o que é espaço de ricos. Não se trata mais de segregar grupos por suas práticas desalinhadas daquilo que se tinha como vislumbre do homem desenvolvido. A busca era a integração de todos os brasileiros sob a égide da pátria mãe. Percebemos uma nova forma de concepção do homem e das possibilidades de seu engajamento social. Esta postura marca uma cisão importante na organização das políticas de intervenção.

Tendo como base esta nova abordagem, intelectuais ligados à Semana da Arte Moderna de 1922, publicam uma série de manifestos. Ricardo (1970), em sua obra, *A Marcha para o Oeste*, defende a necessidade da organização de bandeiras que adentrassem aos pontos onde a população vivia isolada e sem se sentir parte da nação brasileira.

Este pode ser visto como o primeiro momento em que o oeste passa a ser entendido como local com demanda de cuidados governamentais. Nitidamente, a preocupação do poder governamental neste momento estava ligada a questões de ordem identitária. Muitas cidades dessa região, especialmente as do extremo oeste, sentiam-se desligadas do poder estadual concentrado na longínqua capital. A proximidade e influência de países fronteiriços, como a Argentina, também conferia fator de preocupação ao governo. Não eram raros os moradores que, embora vivendo em território brasileiro, falavam língua estrangeira e até tinham filhos estudando no país vizinho.

A bandeira organizada pelo governador Adolfo Konder, em 1929, pode ser vista como resultante desta nova realidade. Empre-

endida sob o pretexto de percorrer a região oeste do estado, tradicional palco de disputas, inteirando-se de suas necessidades, visando a integrá-la definitivamente ao território catarinense, tinha, na realidade, interesses múltiplos, intentando a construção de uma cultural oficial baseada em uma identidade nacional única. Identidade essa que se construiria a partir da interiorização das políticas públicas de educação e saneamento.

Esta nova forma de se pensar o homem e sua relação social com apelo integralista, se fortalecerá na década de 1930. Com o advento da República Nova, o surgimento da categoria “Povo”(VELOSO, 1999), se torna peça importante na elaboração das teorias dos intelectuais do período. Povo este, entendido como criança; como algo que precisa ser direcionado, tutelado. Esse encaminhamento estaria a cargo deste grupo pensante no momento convergindo com as posturas que o governo passou a adotar no tocante a seu discurso de desenvolvimento e integração nacional nas décadas que se seguiram.

Chapecó: A construção discursiva da cidade polo e do novo homem urbano

Quando analisamos a cidade de Chapecó, na década de 1970, encontramos uma cidade enfrentando um grande crescimento populacional. Essa população, oriunda, em sua maioria, do campo, era agora repentinamente acomodada no espaço urbano – na maioria das vezes, mal acomodada – gerando graves problemas de ordem infraestrutural. A demanda por obras de caráter físico se torna evidente e muitas práticas foram desenvolvidas nesse sentido. Entretanto, o que propomos aqui é uma investida na análise das práticas ligadas diretamente ao pensar e agir do cidadão deste meio. Trata-se da aparente necessidade de se educar esse povo para o convívio citadino. Indiscutivelmente, a forma de vida do campo possui algumas posturas incompatíveis ao convívio urbano. E mesmo os cidadãos acostumados à vida urbana deparavam-se agora

com um outro conceito de cidade e precisavam ser ajustados a essa condição.

Em meio a essa situação, tornava-se necessário o estabelecimento de premissas básicas de convívio. Premissas essas que obedeciam a uma ordem complexa de criação, difusão e aceitação. Difícil estabelecer uma relação pura e simples quando se trata de analisar políticas públicas de intervenção no espaço, tanto no que diz respeito a questões físicas quanto, e especialmente, no tocante à criação de valores coletivos, seja pela própria indissociabilidade daquilo que é ação puramente física daquilo que isso representa enquanto significado abstrato, seja pelos interesses que regem a implantação dessas obras ou a alteração desses valores.

O urbanismo e a planificação urbana não dizem respeito nem aos meios puramente instrumentais nem aos valores abstratos. O urbanismo não é ética, tampouco técnica. É prática, na qual os meios e os fins, os fatos e os valores são indissolúveis. Ao escolher seus urbanismos, uma sociedade escolhe a si mesma, determina uma forma de existência e uma arte de viver. Dá-se o mesmo quando uma cidade qualquer toma decisões que dizem respeito ao aproveitamento do seu espaço e à sua organização: esses projetos afetam a maneira coletiva de viver. Daí nostalgias e resistências. Portanto, seria vão pretender colocar de um lado a cultura os valores e os fins, e de outro a ciência e a técnica. Em matéria de urbanismo – como em todas as ações sociais que são operações de sujeitos coletivos, sobre si próprios - a 'arte' e a ciência são inseparáveis a prática é aqui a própria unidade de fins e meios, por que supõe a consciência que uma coletividade tomasse de si própria. (LEDRUT, 1971, p. 205).

Toda sociedade possui, por natureza existencial, valores que se repassam ao longo dos tempos, e outros que acabam extintos, substituídos ou adequados. Compreender as demandas e a forma como se dá essa passagem, constitui papel importante na compreensão da realidade de determinadas sociedades. Em uma análise mais superficial, poderia se atribuir ao poder público a responsabilidade única pela implantação de tais processos. Todavia, sempre se encontram no jogo de interesses grupos que motivam o desenvolvimento de práticas que lhes parecem convenientes ou mesmo

imprescindíveis em um determinado momento. E através de um discurso proferido em nome de uma coletividade que, na maioria das vezes, se resume a pequenos segmentos, constroem-se “novas cidades” e “novos homens” urbanos. A cidade, ao se transformar em uma espécie de entidade autônoma, vista muitas vezes como um ser independente, transformou-se em local privilegiado para ações remodeladoras das práticas coletivas.

Existem várias estruturas de personalidade urbana, as quais correspondem à visão de mundos diferentes, quer dizer, de ‘urbanismos’, cujos sistemas de valor não são os mesmos. No próprio plano das cidades é possível vislumbrar essa visão global e esse sistema de valores que correspondem a determinada psique coletiva. A cidade é lugar privilegiado para esse fenômeno circular que é a ação do homem sobre o homem. A cidade é mediadora: feita pelos homens, ela os educa. (LEDRUT, 1971, p. 208).

É este o ponto diferencial que queremos tomar para análise. São essas práticas destinadas à educação deste novo homem cidadão. Em um momento em que parece se querer aproximar cada vez mais a ideia de desenvolvimento da ideia de higiene Brasil afora, procuramos em Chapecó referenciais destas práticas. Embora seja de constante presença nos enunciados da época conceitos como modernidade, desenvolvimento e progresso, quando analisamos esse processo na sociedade chapecoense, nos damos conta de que as proposições de Foucault (2008) sobre o perigo da continuidade, podem aqui ser evidenciadas. Ora, essa política, embora em vários momentos conserve semelhanças e use termos idênticos a outras passagens, possui diferenças essenciais. Dentro de uma mesma linha de projetos de desenvolvimento, vemos ressoar posturas muito distintas daquelas da virada do século. São as rupturas dentro de uma aparente continuidade que, embora não possam ser vistas deslocadamente, pois fazem parte desse todo, também não podem ser vistas como manutenção de uma ordem homogênea e gradual.

A década de 1970 é marcada pela utilização da figura de

Sujismundo. Um personagem utilizado pelo Governo Federal para disseminar noções de higiene. De modo muito análogo ao que representou o Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, na década de 1920, para a campanha sanitária daquela época, tendo originado um personagem radiofônico intitulado Jeca Tatuzinho, que dava dicas de higiene às crianças, também o personagem Sujismundo deu origem a Sujismundinho. Entretanto, pode-se dizer que o primeiro estava mais voltado para a promoção de hábitos ligados ao homem do campo, e o segundo, às práticas urbanas de higiene. Mas, se levarmos em conta que a década de 1970 é, justamente, a década da migração acentuada do campo para a cidade, podemos imaginar que esta postura podia ser dirigida a esse contingente, que agora no espaço urbano, aglomerado e mais suscetível a doenças do que nunca, necessitava adquirir práticas de higiene.

Dentro desta proposta, em 08/04/1978, o Jornal Folha D'Oeste, trazia as seguintes dicas à população:

Asseio – A sujeira é um caminho aberto para todas as doenças. Devemos ter o máximo asseio com o nosso corpo. Nos países de clima quente, como o Brasil, o banho diário é indispensável, e com sabão: o banho de chuveiro é mais aconselhável que o de banheira, pela renovação da água. Banho de bacia e banho de cuia, como se usava até bem pouco tempo, devem desaparecer completamente. O asseio do ambiente é imprescindível: varrer e limpar bem a casa; eliminar os detritos (lixo e excreções); não guardar nada estragado; não permitir animais dentro de casa; combater constantemente os animais nocivos: ratos, baratas, pulgas, moscas, pernilongos etc. (Jornal Folha D'Oeste, Chapecó, p. 10, 8 abr. 1978).

O asseio era apenas um dos itens direcionados à educação do povo. De dicas de vestimenta à práticas de alimentação, o periódico, literalmente, ditava as regras para a manutenção da saúde e do bom convívio citadino. A menção a fatores como: correta forma de se tomar banho e necessidade de eliminação do lixo e das excreções, nos levam a crer que estas não deviam ser práticas corriqueiras para muitos habitantes dessa cidade

Quem não mora em cidade, onde a água já vem 'tratada', busca a água em diversos lugares, tais como: no poço, nos arroios ou nas fontes.

Com água que vem desses lugares devemos ter certos cuidados, pois ela pode estar contaminada. Sem água não podemos viver. Para podermos utilizar esta água é necessário que a tornemos pura, limpa e saudável.

Como conseguir isso? Muito simples: Primeiro – proteger a fonte de origem da água. Segundo – Ferver e filtrar a água que tomamos. A água fervida e filtrada é água pura. Fervendo e filtrando a água, matamos os micróbios, retiramos os ovos e vermes e outras impurezas que ela contém. Procedendo assim estamos economizando dinheiro, pois água impura traz doenças. Tomando água protegida e filtrada evitamos gastar em remédios para combater doenças que são trazidas com água suja. (Jornal Oestão, Chapecó, p. 08, 12 abr. 1978).

Essa citação nos leva a esboçar o seguinte questionamento, possivelmente ela fosse direcionada aos moradores de cidades que não eram atendidos pelas redes de água tratada e, também, aos munícipes chapecoenses ainda não contemplados com esse tipo de abastecimento. Quando pensamos esse homem rural trazido para a cidade por força das circunstâncias, sejam elas quais forem, em um primeiro momento, podemos vê-lo como relacionado aos personagens típicos de representação desse sujeito, como o Jeca Tatu. E, por conseguinte, pensá-lo como detentor de todas as práticas avessas ao convívio citadino. Como se todos os seus costumes fossem ultrapassados. O exemplo do tratamento, me fez pensar neste homem do campo da década de 1960, que, muito provavelmente, estava habituado a consumir água de sua fonte natural sem qualquer preocupação, e isso porque sabia da qualidade desta, uma vez que a poluição no campo ainda nem era figura conhecida. O que quero ressaltar com isso, é a necessidade de deixar claro, que não se trata de condenar os hábitos desse homem rural. Muitos deles não apresentavam nada de errado. Era o meio em que estavam inseridos que não lhes permitia mais executá-los segundo sempre o fizeram. Era a cidade e seus problemas, mais das vezes, que exigia a mudança de conduta. Retomamos, portanto, aqui os apon-

tamentos daquilo que definimos como urbanização das condutas. Essa postura adotada, de modo a condicionar, a construir os novos preceitos de cidade e os novos homens urbanos.

A questão da água, ainda em 1978, era um problema para a sociedade chapecoense e, aliada à não-tomada de consciência do perigo que esta podia representar neste espaço urbano cada vez mais condensado gerava, frequentemente, problemas de saúde em níveis alarmantes.

CHAPECÓ – os três Hospitais, o Centro de Saúde, e os Laboratórios de Análises Clínicas constataram um aumento de 50% nos casos de infecção intestinais, na população urbana, em relação a esse mesmo período do ano passado.

De acordo com o Médico Valmor Lunardi, Chefe do Centro de Saúde, a contaminação dos alimentos pelas moscas, poeira e detritos e a falta de hábitos higiênicos na população são as principais causas das infecções. Elas são denominadas ‘Gastroenterites’ e provocam a Diarreia e, em estágio posterior, a Desidratação.

Além das causas apontadas, Lunardi acrescentou as chuvas dos últimos dias que provocaram o transbordamento dos poços de água potável, contaminando-os com poluentes naturais, e o fato de 50% da população de Chapecó não estar servida de água tratada pela Casan. (Jornal Oestão, Chapecó, p. 18, 12 set. 1978).

Deste modo, ao passo que as mudanças eram vistas como o alicerce de um novo modelo social em edificação, caracterizavam um grande desafio para as autoridades da época. Não se tratava apenas da realização de obras públicas de melhoria, era necessário desenvolver todo um projeto no qual o discurso de fundamentação tivesse ampla aceitação e participação popular. Pois, mais importante do que as mudanças físicas, eram as mudanças mentais. Imbuir no povo a ideia da necessidade e da importância das práticas de higiene era tão vital para o sucesso deste projeto quanto redimensionar ruas, ou criar redes de água encanada e de esgoto. De pouco adiantava possuir uma cidade com rede de esgoto e água potável à altura, se o povo no interior de seus lares não mantivesse condições mínimas de higiene.

Em face desta questão, o poder local associado à Secretaria de Saúde do Estado, desencadeia projetos de educação para melhoria das condições sanitárias e alimentares da população do município. Em 1977, o *Jornal Correio do Sul*, trazia sob a chamada “Educação para a Saúde”, as seguintes colocações direcionadas a manutenção da boa saúde dos indivíduos.

A ciência que trata da manutenção da saúde se chama Higiene e o indivíduo com saúde se diz “em estado hígido”. Para mantermos a nossa higidez temos que cuidar de nada menos de uma dúzia de setores, a saber: I) Alimentação; II) Repouso, III) Forma de trabalho, IV) Exercício, V) Ambiente sadio, VI) Asseio, VII) Eliminação, VIII) Prevenção das infecções e contágios, IX) Evitar os vícios, X) Vestuário, XI) Postura, e XII) Cuidados especiais (Olhos, ouvidos, unhas etc.). (*Jornal Correio do Sul*, Chapecó, p. 15, 8 jun. 1979).

Nos jornais de circulação, entre os anos de 1977 e 1979, uma série de apelos ao povo é direcionada com discursos construindo uma aversão às práticas costumeiras e delineando o perfil do homem urbano condizente com o momento a que estava inserido. Educar esse povo era uma das frases mais difundidas nos meios de comunicação. Não bastava o poder público criar obras para melhorar as condições higiênicas da população. Cuidar do coletivo, ele dizia estar fazendo, mas cuidar do indivíduo nos espaços e, principalmente, nas ações privadas, era uma tarefa que só seria conseguida mediante a conscientização das pessoas. Era preciso que elas cuidassem da casa, das roupas, da alimentação, de tudo aquilo que fugia ao controle e intervenção direta do governo. Nas palavras do Diretor do Centro de Saúde em 1978: “Temos que educar o povo” (*Jornal Correio Do Sul*, Chapecó, p. 1, 27 out. 1978).

Essa postura de educação parecia cumprir um papel importante neste momento de mudanças sociais, pois tratava-se de espaços inatingíveis pelo poder de forma direta. Tanto os lares quanto os corpos, fugiam ao controle e intervenções físicas do governo. Mas, sem seu condicionamento, o projeto que se vislumbrava difi-

cilmente teria êxito. O meio de atingi-los era ideológico ou educacional. Para tanto, “Cada um deve ter a casa limpa”, podia-se ler ainda no mesmo texto.

Essa postura parecia permear o governo em suas várias esferas de poder. E a água, obviamente, era um dos fatores mais necessários quando se pensava em posturas higiênicas. Sua disponibilidade em quantidade e qualidade eram premissas básicas para se pensar esse projeto. Durante a gestão do governador Antônio Carlos Konder Reis, em sua mensagem ao poder Legislativo lia-se:

O Programa de Abastecimento de Água à comunidades de características singulares constitui um evento de significativa importância pela representação que possui na prevenção de patologias consideradas controláveis e pelo conforto e promoção social que atribui às populações beneficiadas. Tal atividade vem sendo desenvolvida em integração com as prefeituras locais, em programas complementares às atividades da CASAN – já objeto de referência. Através do processo de dotar-se comunidades com água potável devidamente canalizadas consegue-se melhoria de higiene pessoal, da higiene das habitações, um melhor controle dos poluentes e contaminantes da água de ingestão, determinando-se com isto as melhores medidas de prevenção de doenças gastrointestinais. (Mensagem do governador A. C. Konder Reis Assembleia. 1976, p 34).

Conforme dito, eram vários os apelos nesse sentido. Os enunciados podiam mudar, mas a mensagem contida, quase sempre, se mantinha muito próxima. A ideia de higiene como um valor moral, de asseio como fator indissociável do desenvolvimento e, de limpeza como sinônimo de educação, parecem permear boa parte dos discursos desse período. “Cidade Limpa, Povo Educado”, era uma das mensagens contidas no exemplar do Jornal Folha D’Oeste do dia 12/08/1978 em sua página 5.

Atentemos, em especial, para a tendência que se faz notar na citação supracitada. A utilização feita do termo “educação” aparenta um deslocamento de sentido e função. Aqui, “educação”, ao contrário da maioria das utilizações anteriores, não se apresen-

ta como um meio para se alcançar algo. A relação significado, significante parece estar invertida. Não é a educação que garante a limpeza, é a constatação da limpeza que denota educação. Este tipo de utilização parece ter um apelo mais forte, talvez por isso sua utilização desta forma.

Uma parcela da população chapecoense alvo destas práticas intervencionistas, era essa camada de novos habitantes do mundo citadino, que representavam a necessidade da construção de novas formas de adequação. A outra gama da população era formada por aqueles cidadãos que cresceram na cidade ou que aí residiam havia muito tempo e que viam, neste momento de transformações aceleradas, problemas surgindo e crescendo dia-a-dia e, medidas que, visando solucioná-los, acabavam por remodelar, muitas vezes, todo um espaço em questão de dias. Conferindo uma situação que demanda abordagens para além da questão física. Uma vez que a cidade é, e representa, muito mais do que um espaço físico. Neste ponto, as ações discursivas de fundamentação parecem se aproximar muito das de outros momentos. Percebemos, assim, que, de certo modo, temos duas situações envolvendo a promoção das políticas públicas de intervenção. Obviamente não existirão políticas dirigidas abertamente, para grupos específicos, elas eram postas para uma coletividade, que, afinal, era a grande protagonista deste momento, mas sua intenção, por vezes, se torna apreensível.

Aceitação e resistência: as duas faces da mudança

A cidade como todo espaço social possui ligação subjetiva e representativa a partir das múltiplas relações que emergem entre e com os indivíduos que a habitam. Essas relações não são ocasionais, mas fluem a partir da materialidade dos espaços, dos discursos que os forjam e os consolidam e das condutas e comportamentos que aqueles impõem como naturais e verdadeiros. Tal composi-

ção simbólica acaba por produzir determinado imaginário social que impõe, não sem resistência, sentido e representação à cidade.

Uma cidade é, sem dúvida, antes de tudo, uma materialidade de espaços construídos e vazios, assim como é um tecido de relações sociais, mas o que importa na produção do seu imaginário social, é atribuído de sentido, que lhe é dado, de forma individual e coletiva, pelos indivíduos que nela habitam. (BRESCIANNI, 1998, p. 32).

A cidade de Chapecó na década de 1970 vivenciava um momento conturbado. As contradições do progresso a cada dia suscitavam questionamentos. A que custo se daria esse processo, devia ser uma pergunta frequente. As alterações nas ruas, casas, praças alteravam mais do que a rotina. Transformavam espaços de memória, representações, modos de vida.

Deparava-se o poder público, neste momento, com uma dupla tarefa, de mesmo intuito e dependendo, necessariamente, de sucesso recíproco. Mas em uma recaía maior importância. Realizar um reordenamento do espaço urbano significava mexer com a cultura popular, com sua memória, com sua identificação em relação aos locais onde muitos construíram toda sua história de vida. Essa parte da população tinha um apego para com a cidade que ia muito além de questões físicas, por isso, conferiam uma preocupante situação que demandava atenção para além de questões materiais. “Ora a cidade é em si uma realidade objetiva com suas ruas, construções, monumentos, praças, mas sobre este ‘real’ os homens constroem um sistema de ideias e imagens de representação coletiva.” (BRESCIANNI, 1998, p. 32).

Toda alteração no espaço representa, também, uma investida em campos que não os espaços físicos. Existe uma simbologia, um espaço de memória, de representação, de significância que não consegue ser absorvida pelos projetos de re-estruturação se levarem em conta apenas fatores técnicos. A cidade não é só física e, por isso, a necessidade destes projetos trabalharem também nos campos não-materiais. Por isso a preocupação com os discursos

capazes de construir novos objetos, novas concepções de cidades e de homens urbanos. A resistência frente à mudança, parece só ser vencida, pondo-se este novo como natural, necessário, inevitável e, por certo, melhor.

Difundir a ideia de progresso, de civilidade, construir no imaginário popular a ideia de higiene como um valor moral implicava conseguir as tão necessárias alterações do espaço urbano sem enfrentar uma oposição social capaz de inviabilizar tal projeto. Era preciso fazer o povo se sentir parte daquela mudança, convencê-los da sua importância e dos seus benefícios. Desconstruir seu apego ao passado para adentrar em uma nova e mais promissora era; a era da modernidade e do bem estar. Todos estes pareciam ser os desafios, também, do governo chapecoense. Para tanto, já em seu primeiro projeto de desenvolvimento no ano de 1973, percebia-se essa inclinação.

O desenvolvimento do município só será alcançado mediante o apoio dinâmico de todos os cidadãos. O ser humano luta pelo bem estar individual e de sua família, enquanto o governo vela pelo bem estar coletivo. A aderência comunitária é ponto vital deste plano. (Projeto Chapecoense de Desenvolvimento, 1973, p. 2).

Nessa ótica, anterior às ações, deveria se disseminar aquilo que Berman (1986, p. 06) identifica como a essência do conceito de modernidade: “a experiência histórica, pessoal e coletiva, de sentir-se num mundo em transformação e mudar com ele”. Esta tendência de inclusão será bastante frequente e é a ela que nos detemos agora.

Governo Municipal e povo chapecoense: um grande time

Como expomos no início deste texto, é preciso buscar um entendimento do processo de construção dessa Chapecó, capital do oeste, dentro de uma dinâmica que respeite sua inclusão no

cenário nacional e estadual, orientando-se, quando possível, pelas leituras referencias e teóricas, mas sempre atentando-se para suas especificidades.

Analisamos a aparente busca de uma inclusão conseguida com a educação deste homem urbano incluso no processo de mudanças, denunciemos as práticas intervencionistas e sua tendência em incorrer em espaços de representação e memória, agora tentaremos viabilizar uma análise sobre a utilização da ideia de participação ou pertencimento como medida capaz de amarrar essas questões. Analisando as matérias veiculadas em periódicos da época, as construções discursivas parecem obedecer a ordem de descrever a cidade como uma grande time e, o munícipe, como peça atuante dentro desta grande engrenagem.

Chapecó está vivendo verdadeiros tempos de mutirão. Sob o comando da Prefeitura Municipal e através da Codec/Companhia de Desenvolvimento de Chapecó, o povo participa da construção de uma cidade cada vez mais moderna e humana. Desse esforço coletivo resultaram obras como o novo Aeroporto Serafin Bertaso, com 1500 metros de pista pavimentada e excelentes instalações de apoio. A reforma total e substancial ampliação do Estádio Índio Condá, que acomodará mais de 26 mil espectadores, possibilitou, inclusive, o ingresso da Chapecoense no Campeonato Nacional de Futebol. Mas o mutirão não parou aí. As principais ruas e avenidas estão sendo pavimentadas. E para que isso fosse realizado a prazos curtos, a Codec instalou uma central de britagem e uma usina de asfalto, além de realizar vultuosos investimentos em outros equipamentos. Logo entrará em ação o Projeto Cura. E mais chapecoenses serão beneficiados por redes de água e esgotos, pavimentação e centros de lazer. Como é que tudo isso pode ser feito ao mesmo tempo? Com o povo suando a camisa pela sua terra. Como um grande time. (Jornal Correio do Sul, Chapecó, p. 6, 12 abr. 1978).

O objetivo de utilizar esse tipo de apelo parece lógico. Na medida em que se colocava os cidadãos como parte atuante do processo de desenvolvimento, estes passavam a dividir com a administração, pelo menos de uma forma simbólica, as responsabilidades pelos

referidos feitos. Valendo tanto para os benefícios visíveis quanto para as frustrações, por vezes, ocasionadas. Diante do exposto, sobre a busca por parte daqueles que estavam à frente destas mudanças, seja o poder público, sejam grupos dominantes ou quaisquer outros, de uma maior aceitação e de uma diminuição das resistências, condicionar todos à participação nesse processo, parecia ser uma alternativa muito viável. Automaticamente, todos poderiam se sentir participantes e, mais importante ainda, pertencentes a esse projeto que representava o progresso. Mapear nos jornais do período esse tipo de mensagem não é tarefa difícil. “Não há Desenvolvimento sem a participação do cidadão”. (Jornal Correio do Sul, Chapecó, p. 06, 23 ago. 1977).

Como observado em outros momentos, embora os enunciados possam variar, a mensagem parece sempre direcionar para um mesmo entendimento; o cidadão como agente ativo do processo em que estava inserido. Sobre este tipo de prática nos pautamos, para melhor entendimento, nos escritos de Foucault (2005) sobre a governamentalidade. Ao analisar o surgimento, dentro do modelo soberano, daquilo que ele define como uma “arte de governar”, o autor nos mostra um processo que traz a população como grande fator motivacional desta mudança. De um modelo de governo de territórios – soberano -, perpassando por um governo disciplinar – mercantilismo - chegamos a um modelo de governo de pessoas. Importante atentar para algumas colocações do filósofo sobre este acontecimento, primeiramente ele nos demonstra como o crescimento populacional passa a suscitar novas preocupações, contribuindo para transformar, essa própria população, em objeto de estudos - ciência de Estado. Uma vez visto que essa podia ser analisada e, a partir disso, gerida e utilizada em prol do bom andamento do Estado, desenhava-se aquilo que acabaria sendo a base do governo nos moldes modernos.

Pois qual pode ser o objetivo do governo? Não certamente governar, mas melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc. E quais são os instrumentos que o governo utilizará para alcançar estes fins,

que em certo sentido são imanentes à população? Campanhas , através das quais se age diretamente sobre a população, e técnicas que vão agir indiretamente sobre ela e que permitirão aumentar , sem que as pessoas se dêem conta, a taxa de natalidade ou dirigir para uma determinada região ou para uma determinada atividade os fluxos de população, etc. A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça. (FOUCAULT, 2005, p. 289).

O segundo ponto que convém mencionar, está ligado à tendência que se tem muitas vezes de entender o novo como sendo responsável pela substituição total do outro. E aqui talvez possamos relacionar as duas grandes colocações de Foucault (2008; 2005) utilizadas neste trabalho. Do mesmo modo que não podemos, segundo seus preceitos, utilizar, sem análise profunda, a ideia de influência para a explicação de fenômenos semelhantes; também não podemos entender um novo acontecimento como sendo responsável pela aniquilação de seu predecessor. O surgimento de uma nova “arte de governar”, não significa uma total alteração das bases do modelo soberano. Uma vez que esta população, vista como objeto “do governar” precisa, mais do que nunca, ser controlada de forma detalhada, as normas de disciplina amplamente desenvolvidas no período mercantilista, vão se mostrar muito necessárias.

Este novo posicionamento da população dentro do modelo de governo como fim e, também, objeto das ações políticas, demanda, além dos fatores de disciplina herdados do modelo antigo, novas formas de intervenção. A lei que imperava no modelo soberano precisava ser substituída, ou melhor, adequada à nova situação.

[...] no caso da teoria de governo não se trata de impor uma lei aos homens, mas de dispor as coisas, isto é, utilizar mais táticas do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas. Fazer, por vários meios, com que determinados fins possam ser atingidos, isto assinala uma ruptura importante: enquan-

to a finalidade da soberania é ela mesma, e seus instrumentos tem a forma da lei, a finalidade do governo está nas coisas que ele dirige, deve ser procurada na perfeição, na intensificação dos processos que ele dirige e os instrumentos do governo, em vez de serem constituídos por leis, são táticas diversas. (FOUCAULT, 2005, p. 284).

Ora, segundo estas colocações, quando nos reportamos à sociedade chapecoense e o processo de construção desta cidade como um polo referencial a partir de um projeto governamental e de suas políticas de intervenção, algumas relações podem ser estabelecidas. A finalidade do governo aqui parece estar clara – tornar Chapecó uma cidade polo. Os meios para se alcançar esse objetivo parecem ser as políticas de re-estruturação do espaço, passando pela urbanização deste novo habitante da cidade. E as táticas para a boa condução deste projeto, encontram eco na tendência de se reportar ao cidadão chapecoense como integrante desse processo. Ao passo que assiste, que o torna objeto de cuidado por parte do Estado, também faz uso dele para alcançar seus objetivos.

Aquilo que a população via a esse respeito não nos é passível de captar. Nossa proposta de trabalhar com fontes jornalísticas e mensagens oficiais, nos limita a analisar as interpelações discursivas, ora do poder público, ora daqueles que tinham acesso à escrita nesses periódicos. Assim, é possível discorrer acerca daquilo que a população - ou parte dela - tinha a seu dispor para formular suas concepções sobre esse momento. Uma vez que é inegável a influência destes meios de veiculação na formação da opinião coletiva, tentamos colocar sob análise os métodos utilizados por esse tipo de construção discursiva, para pensar uma nova cidade e um novo homem urbano.

Notas

Graduado em História pela UNOCHAPECÓ. Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Referências

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRESCIANNI, Maria Stella. História e Historiografia das cidades, um percurso. In: **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 2008.

_____. **Microfísica do Poder**. 21 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; SERPA, Élio Cantalício. A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina. In: **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Chapecó: Argos, 2005.

LEDROUT, Raymond. **Sociologia urbana**. Rio de Janeiro; São Paulo: Forense, 1971.

LOHN, Lindolfo Reinaldo. **Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950)**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100013. Acesso em: 10 out. 2009.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para o Oeste**. 4. ed. vol. 2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

Urbanização das condutas:
A constituição discursiva do espaço e do homem urbano chapecoense (1970-1980)
Fernando Vítória

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. **Leituras brasileiras:**
Itinerários no Pensamento Social e na Literatura. São Paulo: Paz e
Terra, 1999.

Abstract

This article proposes to examine the discursive process of creating the urban man from Chapecó during the period 1970 to 1980. In making use of Foucault's critique of the notion of influence as an explanatory factor, and their observations about the speech and its process of construction of objects, we look at the changes in trends that are, in the case of man and the notion of his dealings, a process seen as exclusion at the beginning of the century to a process of inclusion from taking this as someone who can be educated, directed or conditioned to a way of behaving and living through the dissemination of an idea participation and belonging. Analyzing periodic movement at the time, try to understand how this stance, which called Urbanization Conduits seeks to be an urban concept and practices conducive to living in this space that grew, largely as a function of displacement from the countryside to the city.

Keywords: Urban. Civilization. Development.